



f 3h
94/100

Freguesia de Campo

ATA DE ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis reuniram em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia de Campo, no Salão Nobre da Sede da Junta de Freguesia de Campo, sito na Rua dos Moirais 94/100, 4440-131 Campo, Valongo, conforme convocatória prévia, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Intervenção do Público.
2. Período de Antes da Ordem do Dia.
3. Ordem do Dia:
 - a) Leitura e aprovação da ata da sessão de 29 de dezembro 2025;
 - b) Apreciação e votação da proposta da 1ª Revisão Orçamental para inclusão do saldo de gerência;
 - c) Apreciação e votação do Relatório de Atividade e Conta de Gerência do período de 29 de outubro a 31 de dezembro de 2025;
 - d) Apreciação do inventário;
 - e) Apreciação e votação do Regulamento de Atribuição de Apoios às Associações/Coletividades e outras Entidades sem fins lucrativos;
 - f) Apreciação da Informação Trimestral e situação Financeira da Autarquia, conforme alínea e) do n.º 2 do art.º 9 da Lei n.º 75/2013;

A representar o executivo da Junta de Freguesia de Campo, o Presidente José Manuel Carvalho, Ana Raquel Martins, Amândio Silva, Daniela Santos e Manuel Fonseca. -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu início à sessão pelas 21 horas e 7 minutos procedendo de imediato à chamada dos elementos que compõem a Assembleia de Freguesia. Estiveram presentes os elementos: -----

Pelo Partido Socialista (PS): José Eduardo Abreu, Maria Inês Marinho Corte-Real, faltou, sendo substituída por Jorge Barata, António Ferreira, Raquel Santos, Filipe Francisco, Ana Beatriz Santos, Cristiano Fonseca, Maria Inês Macedo, faltou sendo substituída por Ana Catarina Dias.

Pelo Partido Social Democrata (PSD): Pedro Teixeira, Ana Amélia Coelho, Fernando Filipe Martins e Mónica Ferreira. -----

Pelo Partido Chega: Carlos Oliveira: -----



Freguesia de Campo

A sessão foi aberta pelo Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, José Eduardo Abreu. No início dos trabalhos, o Senhor Presidente chamou a deputada Ana Catarina Dias para fazer parte da mesa. -----

1. Intervenção do Público.

Sem inscritos -----

2. Período antes da ordem do dia.

Inscreveu-se para falar o Sr Pedro Teixeira, começou por saudar todos os presentes e colocou várias questões, a primeira sobre os contentores de reciclagem que foram distribuídos nas habitações de uma parte da freguesia e se a autarquia tem alguma informação da Câmara Municipal para quando está prevista a restante distribuição. -----

A seguinte questão é sobre a Rua D Sebastião que há muitos anos era reclamada pelo partido que representa e é um gosto para o partido ver a obra a ser realizada, no entanto deixa um reparo, acha que a estrada está muito estreita, deveria ser mais larga, porque no futuro poderia ser uma alternativa de ter dois sentidos. -----

Questionou ainda se existem contratos assumidos pelo antigo executivo referentes a passeios, muros, se existirem gostaria de saber quais são. -----

Teve a palavra o Sr Filipe Francisco, que passou a ler um documento de uma mensagem evocativa dos 52 anos do 25 de abril de 1974 (Anexo 1). -----

Teve a palavra a Srª D. Ana Amélia Coelho, passou a ler um documento sobre o 25 de abril e do Dia Municipal da Proteção Civil (Anexo 2). -----

Interveio o Sr António Moisés Ferreira, começou por saudar todos os presentes e dar os parabéns pela realização do 26º Grande Prémio de Atletismo, embora já se realize há 26 anos, mas é o primeiro deste executivo e parece que foi mais um ano bem concebido, dando os parabéns a toda a organização, Junta de Freguesia, Câmara Municipal e Associações Locais. --

De seguida, questionou o executivo sobre a limpeza das ruas, porque era uma bandeira da campanha eleitoral, sendo uma reclamação de grande parte da população e que tem verificado é que uma grande parte das ruas já têm as ervas cortadas. Questiona o que é que o executivo tem feito para obter estes resultados. -----

De seguida falou sobre os contentores de recolha porta a porta, referindo que ainda não chegou a todas as casas da freguesia e que era muito importante por causa dos resíduos que são colocados nos contentores das ruas e questiona se o Presidente da Junta de Freguesia sabe quando vão ser distribuídos às restantes casas e qual a percentagem neste momento de casas abrangidas com os contentores. Referiu que o novo site da Freguesia de Campo tem alguns documentos que não estão legíveis. -----



Teve a palavra a Sr^a D. Raquel Santos, passou a ler um documento sobre o trabalho desenvolvido nas escolas da freguesia (Anexo 3). -----

Teve a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, começou por responder ao deputado Pedro Teixeira e ao deputado António Moisés Ferreira, sobre os contentores de recolha porta a porta, o que nos foram dizendo é que no último semestre iam ser distribuídos os restantes contentores pois segundo as informações que tem da Câmara Municipal de Valongo, o que está a atrasar este processo é o concurso para aquisição dos restantes contentores.-----

Referente à Rua Dom Sebastião vai fazer todos os esforços para que a colocação do asfalto seja colocado até à festa da N^a Sr^a da Encarnação. Explicou que a rua terá só um sentido, e que tal tem que ver com o facto da IP colocar reservas sobre a entrada à EN 15. É uma rua que vai ficar muito bonita e o executivo está a estudar a possibilidade de passar parte da feira para essa rua, para tirar o trânsito da rua 25 de abril. -----

Em relação a contratos do antigo executivo, mencionou um compromisso verbal para alargamento de uma rua na Costeira e a questão do muro da Rua 25 de Abril, cuja responsabilidade é da Câmara Municipal. -----

Acolheu a sugestão de Filipe Francisco para uma homenagem aos presidentes da Junta e da Mesa, propondo que seja em dezembro ou em 12 de julho. -----

Esclareceu Amélia Coelho que a ação da Proteção Civil não foi uma iniciativa da Junta de Freguesia e que os convites partiram da Proteção Civil. -----

Em relação à limpeza das ruas, o Presidente da Junta destacou as dificuldades com o quadro atual de pessoal e o esforço para atender aos pontos críticos e às necessidades das escolas. -

Mencionou que novos acordos de execução com a Câmara Municipal estão sendo negociados, com um acréscimo de 97.000 EUR, e que a Junta de Freguesia de Campo será a única a manter a responsabilidade pelas escolas. -----

Sobre o site da Junta, reconheceu que é recente e que estão abertos a sugestões de melhoria, e esclareceu que o "projeto de regulamento" é um documento em fase de consulta pública. -

3. Ordem do Dia:

Começou por intervir o Sr Presidente da Assembleia, indicando que tinha recebido a sugestão de troca da ordem da discussão das alíneas b pela c, questionado se alguém se opunha o que gerou consenso. -----

- a) Leitura e aprovação da ata da sessão de 29 de dezembro 2025;

Sem intervenções -----



Freguesia de Campo

Passada à votação foi aprovada por unanimidade. -----

- c) Apreciação e votação do Relatório de Atividade e Conta de Gerência do período de 29 de outubro a 31 de dezembro de 2025;

Interveio o Sr Carlos Oliveira apresentando documento sobre o assunto (Anexo 4) -----

Usou da palavra Srª D Ana Amélia Coelho, apresentando intervenção escrita (Anexo 5) e ainda resumo de contas (Anexo 6) -----

Interveio Sr Presidente da junta, referiu a importância dos colaboradores em regime de avença. Referiu não compreender boatos em sobrado mencionados na intervenção da Srª D Ana Amélia Coelho e que discorda do seu fundamento, aproveitando ainda para parabenizar o trabalho da comissão extinção. -----

Referiu ainda que aquando da desagregação havia 4 outdoors e com a divisão dos bens ficaram dois outdoors para Campo e dois outdoors para Sobrado, em que um dos outdoors que ficou para Sobrado está localizado em Campo. De acordo com as duas freguesias, a Junta Freguesia de Campo fica com o outdoor que está localizado em Campo e irá dar um outdoor novo a Sobrado.

Colocada à votação a proposta foi aprovada por maioria com votos favoráveis do PS, contra dos eleitos pelo PSD e abstenção do CHEGA. -----

- b) Apreciação e votação da proposta da 1ª Revisão Orçamental para inclusão do saldo de gerência;

Sem intervenções -----

Colocada à votação a proposta foi aprovada por maioria com votos favoráveis do PS abstenção dos eleitos pelo PSD e do CHEGA. -----

- d) Apreciação do inventário;

Interveio Sr Presidente da Junta, referiu questão já mencionada antes do outdoor. E que a mesma precisa ser resolvida. -----

Usou da palavra Srª D Ana Amélia Coelho, indicou necessidade de cuidada análise e registo de terrenos da Junta de Freguesia, indica temer que haja quem se aproprie de terrenos da Junta. --



Freguesia de Campo

Acrescenta ainda mau estado de armazém em Luriz, e ainda que o Edifício da Junta de Freguesia não está registado pois a Junta não é proprietária do terreno, o que se poderá resolver. -----

Interveio Sr Presidente da Junta, agradeceu intervenção e confirma necessidade de verificação dos registos dos terrenos da Junta de freguesia e do Edifício. Acerca do armazém diz estar a tentar a encontrar melhor solução. -----

- e) Apreciação e votação do Regulamento de Atribuição de Apoios às Associações/Coletividades e outras Entidades sem fins lucrativos;

Interveio Sr Pedro Teixeira, leu intervenção escrita. (Anexo 7). -----

Usou da palavra Srª D Ana Amélia Coelho, referiu que as associações deveriam ter sido consultadas diretamente de forma previa e indica o que entende por incongruências em artigos do regulamento. -----

Interveio Sr Presidente da Junta, agradeceu intervenções. -----

Sobre a intervenção do Sr pedro Teixeira acerca da boa estruturação do regulamento elogiou executivo anterior pois diz que o atual é apenas a continuação do trabalho já antes efetuado. --

Continuou indicando que, em Campo existem associações com vários tipos de estrutura e organização diferentes, umas quase profissionalizadas e outras ainda com alto nível de amadorismo e que o Regulamento tenta ir de encontro a todos. -----

Referiu, que em breve se iniciarão os trabalhos para a preparação da semana das associações e o quão importante é para as coletividades locais a mesma. Acabou indicando que a junta de freguesia tem estado sempre ao lado das coletividades e que até à data não houve qualquer pedido de ajuda que não tenha sido atendida. -----

Colocada à votação a proposta foi aprovada por maioria com votos favoráveis do PS abstenção dos eleitos pelo PSD e do CHEGA. -----

- a) Apreciação da Informação Trimestral e situação Financeira da Autarquia, conforme alínea e) do n.º 2 do art.º 9 da Lei n.º 75/2013;

Interveio Srª D Ana Amélia Coelho, sobre a plantação de árvores indica que é discutível a delegação da Camara Municipal à Junta da manutenção da Quinta do Passal, pois entende que os custos devem ser bem ponderados para a Junta não ter prejuízo. -----

Questiona se já estão definidos os locais para colocação das papeleiras mencionadas no documento e que tipo de material urbano vai ser adquirido. -----



Freguesia de Campo

Questiona, ainda montante de obrigações não pagas, nomeadamente se valor de 30.445,54 EUR respeitante ao ano anterior já foi pago. -----

Interveio Sr Presidente da Junta, sobre a plantação de árvores diz que foi uma intervenção conjunta entre Junta e Camara, sobre a quem competia custo refere que o que lhe importa é servir a sua terra. Diz não estar em condições de dizer que os acordos com a Camara sejam prejudiciais para a Junta. -----

Sobre as papeleiras, diz que não estão definidos todos os locais, mas que será dada prioridade a paragens de autocarro e sobre material urbano indica aquisição de bancos de jardim. -----

Menciona ainda estar em processo para troca das placas de toponímia. -----

Sobre o valor a pagar questionado, diz que não está pago uma vez que ainda não apresentada fatura à freguesia de Campo. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente colocou a votação a minuta da ata da sessão que foi aprovada por unanimidade. -----

Assim deu por encerrada a sessão, pelas 22h47m, da qual se lavrou a presente ata que, após lida e aprovada, será devidamente assinada. -----

O Presidente da Assembleia

(José Eduardo Coelho de Abreu)

1º Secretário

(António Moisés Fonseca Ferreira)

2º Secretário

(Ana Catarina Dias)



Doc 1 1/4

INTERVENÇÃO (PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA)

MENSAGEM EVOCATIVA DOS 52 ANOS DO 25 DE ABRIL DE 1974

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e restantes membros,
Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia e, na sua pessoa, os restantes
membros do Executivo da Junta de Freguesia de Campo,
Senhoras e Senhores Deputados,

Celebramos, no passado sábado, os 52 anos do 25 de Abril de 1974. Sendo um herdeiro de Abril, um neto dos que viveram a ditadura e a transição para a democracia, não posso deixar de sentir o dever histórico de evocar e celebrar esta data, sobretudo nestes tempos marcados pelo retrocesso, pela falta de humanismo e pela degradação da democracia e das suas instituições. Quem sonhou o “*dia inteiro e limpo*”, como escreveu Sophia de Mello Breyner Andresen, quem planeou a estratégia que permitiu dar cor ao cinzento dos já longos dias de má memória, fê-lo a pensar num virar de página para o país inteiro e gerações vindouras. Esse trabalho, iniciado em 25 de Abril 1974, não pode parar, nem por falta de memória nem por falta de comparência.

Eduardo Lourenço, na conhecida obra “*Labirinto da Saudade*”, confronta o leitor com os vários momentos históricos, políticos e culturais em que nós, portugueses, fomos incapazes de enquadrar a imagem que idealizamos ao país real, frisando que esse tem sido um dos entraves à compreensão plena do que somos e de para onde devemos ir. A respeito da data que aqui assinalo, diz-nos: “*Foi a imagem ideológica do povo português como idílico, passivo, amorfo, humilde, e respeitador da ordem estabelecida, que o 25 de Abril impugnou, enfim, em plena luz do dia. A verdade que através dela irrompia era de molde a reajustar finalmente a nossa realidade autêntica de portugueses a si mesma, como reflexo e resposta a uma desfiguração tão sistemática como aquela que caracterizara o idealismo hipócrita e, sob a cor do realismo, o absurdo irrealismo da imagem salazarista de Portugal*”. Este idealismo

hipócrita de que nos fala Eduardo Lourenço, prende-se com a imagem construída e vendida pelo regime de Salazar e de Marcello Caetano. Interessava-lhes o império, nas colónias que exploraram, que nada veio a ser porque já nada era. Um império que nunca existiu senão como ideal de vanglória, prolongado por uma guerra colonial que só matou vidas e nos empobreceu. Vendia-se a cartada do homem de família, trabalhador, humilde e honesto, armas de dignificação da família, na qual a mulher era subjugada ao papel marginal de dona de casa. Os trabalhadores não tinham direitos nem condições de trabalho, já que as estruturas sindicais não o eram porque estavam completamente condicionadas pelo regime. A mortalidade infantil era brutal assim como a percentagem de analfabetos, mas éramos, no entanto, e segundo a mais pura demagogia do regime, “um país maior”. Tínhamos sido capazes de descobrir mundo sem nos descobrirmos a nós próprios e isso, de facto, era a maior vantagem discursiva de Salazar e das oligarquias que, em esquemas escondidos de corrupção, giravam à sua volta, perante um povo *“idílico, passivo, amorfo, humilde, e respeitador da ordem estabelecida”*.

Mas vamos a números, porque os dados são clarificadores. De acordo com os Censos de 1970, 25,7 % da população era analfabeta, sendo que, destes, 31 % eram mulheres. Nos Censos de 2021, a taxa de analfabetismo era de 3.1 %, sendo de destacar que, em 2022, 88 % da população tinha concluído o ensino secundário; em 1974, eram apenas 5 %. Mas podemos ir mais longe nas comparações. Em 1974, a esperança média de vida era de 68,73 anos ao passo que, em 2022, passou para os 81,5 anos. A mortalidade infantil desceu dos 37,9 % para os 2,8 %. Poderia ainda falar das barracas, dos miúdos de pés descalços, das sardinhas divididas por cinco ou ainda da ausência de autoestradas, mas fico-me apenas por estes números. Tenho, por isso, uma novidade para os que se queixam dos últimos 52 anos. Foi pelo 25 de Abril que todos estes indicadores melhoraram. Foi por se ter derrubado um regime que nos colocou como um dos países mais atrasados da Europa! Foi pelos anos que se lhe seguiram de luta, de mobilização popular e de planeamento estratégico dos vários protagonistas que elegemos. Muitas das conquistas sociais e laborais que hoje consideramos básicas e plenamente adquiridas nasceram de Abril: a implementação do salário mínimo nacional, a segurança social, o direito à greve, a jornada de oito horas e o fim da semana inglesa consagrado na lei em 1996, a criação do Serviço Nacional de Saúde, o acesso universal à escola pública, a proteção e garante dos direitos civis e das minorias. E nisto, dirijo-me aos saudosos do anterior regime: se é disto que estão descontentes, perdoem-me, mas não devem ser os “portugueses de bem” que dizem ser.

Ao longo destes anos, o sistema económico pouco aprendeu, sobretudo sobre a dignidade da vida humana. E isto reflete-se, por cá, no cumprimento do que é Abril. Temos visto que, com o aumento do custo de bens e serviços, tem aumentado o

número de famílias que começou a ter dificuldades para saldar as suas contas e para pôr pão na mesa. Os combustíveis atingiram preços nunca antes vistos, por longos períodos de tempo. A habitação atingiu o cúmulo do inacessível. Os bens alimentares, inclusive os essenciais, subiram, alguns mais de 50 % do valor antes da guerra. Esta é a realidade com a qual se depara o comum português. Porém, enquanto diariamente a população perde poder de compra, as grandes empresas vão acumulando lucros extraordinários, também nunca antes vistos, sem qualquer retribuição visível aos clientes no preço dos seus bens e serviços. Falo-vos da “*economia que mata*”, como disse e escreveu o Papa Francisco, de tão grata memória. E sabemos que mata porque assenta na falta de humanismo, porque é impessoal, porque não tem ética, porque nos põe a pagar as guerras que não queremos nem criamos com a cumplicidade de fracas lideranças políticas, subjugadas aos interesses económicos imperialistas que sobrevivem à tona de um sistema capitalista em falência. É, por isso, fundamental entender que se queremos a economia ao serviço das pessoas, não podemos olhá-las apenas como números submetidos a modelos económicos teóricos, subordinados à existência ou não de um lucro.

A par disto, vivemos tempos muito conturbados politicamente. Hoje, a jornada política é essencialmente dependente da imagem pública e por isso vemos, com frequência, um combate político vazio ideologicamente, que só favorece continuamente aqueles que, abertamente ou de forma sub-reptícia, se afirmam contra o 25 de Abril. Fala-se muito pouco da substância, como se esta fosse a que menos interesse tem no todo. E é dessa falta de substância no discurso que surgem as maiores manobras de marketing político deste país, isto é, os precursores da política do *outdoor* publicitário e dos chavões da conversa de café, que já todos conhecemos. A demagogia usufrui livremente do espaço mediático e convence as massas, chega muitas vezes e inesperadamente às camadas jovens, misturada com revisionismo histórico. Não teme em afirmar que trabalhamos pouco e, sempre que pode, mostra-se, ainda que disfarçadamente, contra qualquer concessão de direitos sociais. Diz-nos sempre, por meias palavras, que é cedo para irmos mais além na reivindicação de melhores condições de vida. A demagogia política faz questão de nos culpar por estarmos nos lugares remotos do índice de países com maior crescimento económico, comparando-nos com aqueles que têm uma realidade histórica, sociológica e económica distinta. E fá-lo esquecendo propositadamente que é o pleno cumprimento da justiça social, sonhada em Abril de 1974, que nos pode conduzir a essa realidade ideal. Também, sem qualquer pudor, tenta convencer-nos de que, para progredirmos, devemos dispensar os direitos que desde então adquirimos. É para isto que caminhamos, se se confirmar a reforma laboral que aí se avizinha. Somos levados por este discurso efémero, que

nos vende ilusões, mas que encontra terreno fértil em quem o assimila de forma primária.

Para que o 25 de Abril de 1974 não se esgote, não podemos vacilar. A luta é contínua, nunca é totalmente adquirida. Haverá sempre quem nos queira iludir. A esses, aos que se promovem, usando do “*capitalismo das palavras*”, que nos fala Sophia de Mello Breyner Andresen no seu poema “Com Fúria e Raiva”, não podemos ter medo de denunciar e combater, como ela escrevera:

“(…)

Com fúria e raiva acuso o demagogo

Que se promove à sombra da palavra

E da palavra faz poder e jogo

E transforma as palavras em moeda

Como se fez com o trigo e com a terra”

Por uma memória viva e intergeracional do 25 de Abril, não morramos na praia nem nos deixemos iludir!

Para concluir, recordo que este ano se assinalam os 50 anos das primeiras eleições autárquicas em democracia, realizadas a 12 de dezembro de 1976. Gostaria de apelar à Mesa e ao Executivo para que considerassem a possibilidade de a Assembleia de Freguesia prevista para dezembro integrar esta efeméride na ordem de trabalhos e incluir, se possível, uma breve homenagem aos Presidentes da Junta de Freguesia e aos Presidentes da Mesa que serviram Campo ao longo destas cinco décadas. Sugiro ainda que se ponderem convites aos que ainda se encontram entre nós, para que possam estar presentes neste momento simbólico.

Campo, 27 de abril de 2025

Pelo Partido Socialista



PSD

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÃO

Handwritten signature and initials in the top right corner, including a large signature and the initials 'R. 1'.

Comemoramos no sábado passado o 52.º aniversário do 25 de Abril, histórico dia da liberdade.

Passados cinquenta e dois anos importa reflectir e questionar como está a democracia.

Com frequência assistimos nas redes sociais a publicações saudosistas do passado e outras referências que, por sua vez levam a respostas de indignação e comentários de ideias opostas igualmente desagradáveis de se verem.

Ponderadas estas e outras situações, entendemos ser conveniente questionar o porquê e o que se pensa e se diz sobre a democracia.

Estamos convictos que ninguém pretenderá voltar ao passado, mas, por outro lado, intrrogo-nos se seria esta a democracia esperada pelo povo e passados 52 anos o falso saudosismo não será apenas o constatar da desilusão sentida pela atuação de políticos.

O povo não está interessado em ouvir discursos de retórica, mas sim, sentir a democracia a ser praticada, ver mais isenção, compromisso, honestidade e transparência na acção dos que elege.

Assim cabe-nos, como membros deste Órgão e na defesa da democracia, tudo fazer na defesa da sua imagem, cumprindo no nosso mandato o verdadeiro sentido da política, servir a população tendo sempre presente a defesa dos seus interesses.

Queremos também agradecer ao Senhor Presidente do Executivo a festividade realizada e o convite que nos foi dirigido.

Realizou-se também no passado dia 17 a comemoração do Dia Municipal da Protecção Civil em que a freguesia de Campo foi a anfitriã do evento.

Lamentamos a ausência de convite aos membros desta Assembleia, órgão deliberativo da Freguesia, o que consideramos uma falta de ética política, que nada abona em prol do respeito democrático devido.

Mas, para além deste facto, passados o espectáculo, discursos e fotos, questionamos o que fica do dia e que proveitos para o futuro.

No mandato anterior, apresentamos na Assembleia de Freguesia uma proposta para realização de uma palestra sobre o plano de emergência municipal de protecção civil, que foi aprovada por unanimidade, e tal como outras ficaram no esquecimento do Executivo.

Considerando que, nos termos do n.º 2 do artigo 2.º da Lei 65/2007, de 12 de Novembro, e Serviço Municipal de Protecção Civil de Valongo do qual o Senhor Presidente da Junta faz parte, compete, entre outras, a realização de acções e campanhas de sensibilização para questões de segurança, preparando e organizando as populações, para os riscos e cenários

previsíveis e promover campanhas de informação sobre medidas preventivas dirigidas a segmentos específicos da população alvo, ou sobre riscos específicos em cenários prováveis;

Considerando ainda, que cada vez mais ocorrem tragédias com fenómenos da natureza, em que a informação e prevenção podem ser um importante factor para redução dos efeitos provocados pelos mesmos, deixamos este assunto à consideração do Senhor Presidente da Junta de Freguesia.

Campo, 27 de Abril de 2026.

Os Membros eleitos pelo PSD

Paulo Miguel Teixeira
António da Costa
Luís
Alípio

mesa.

Exmo Sr. Presidente do J. F. e restante executivo.

Caros membros da Assembleia de freguesia e público aqui presente:

Gostaria de saudar o Executivo pelo trabalho que tem vindo a ~~ser desenvolvido~~^{desenvolver} nas escolas desta freguesia.

Caso de do vossa conhecimentos, a minha atividade profissional decore, em grande medida, em contexto escolar, sendo hoje frequente ouvir, por parte da comunidade educativa, que existe uma maior atenção e cuidados nas intervenções realizadas.

Considero que este é um caminho positivo, que deve ser mantido e, se possível, reforçado.

Naturalmente, uma escola mais cuidada, segura e funcional contribui de forma decisiva para o bem-estar e sucesso dos alunos - o que deve ser sempre uma prioridade deste executivo.

Com os melhores cumprimentos,

O grupo parlamentar,

PS



Intervenção

Na apresentação do Orçamento para os 2 últimos meses de 2025, chamei à atenção para a sobreavaliação do valor previsto para as Receitas em "Taxas, Multas e Outras Penalidades", nomeadamente no que diz respeito a "Concessões no Cemitério".

Referi também a inapropriada previsão de investimento de 30 466€ no Centro Cívico de Campo, por insuficiência de verba e por incoerência com os números apresentados anteriormente. As contas agora apresentadas provam que eu tinha razão e que teria sido possível apresentar um orçamento mais condizente com a realidade.

Estando, naturalmente, dependentes de Transferências Correntes, que não controlamos, e não sendo rigorosos na previsão de receitas que controlamos, temos a combinação perfeita para a fixação de objetivos impossíveis de alcançar e para que as execuções orçamentais não correspondam minimamente ao planeado.

Assim, apelo ao Executivo da Junta de Freguesia de Campo para a necessidade de rigor, prudência e transparência na apresentação, quer dos Orçamentos, quer das Prestações de Contas, para uma adequada gestão da coisa pública. Tendo isto em conta, não sendo estas contas as previstas pelo executivo, mas correspondendo, na generalidade, àquelas que o CHEGA previa, em novembro, iremos abster-nos na sua votação.

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature that appears to be 'Pinto' and another signature below it, along with the initials 'PM'.

PSD

Relatório de Gestão e Contas

Exercício de 29.10.2025 a 31.12.2025

O Relatório de Gestão e Contas presente a esta Assembleia reporta-se ao exercício de apenas três meses após a desagregação da União de Freguesias de Campo e Sobrado.

Sabemos que se tratou de um período difícil, mas não podemos justificar tudo com dificuldades e deixar de fazer algumas considerações.

Aquando da aprovação do Orçamento para o mesmo período, votamos contra porque não concordamos com o saldo da gerência da União de Freguesias inscrito no mesmo e ainda por entendermos que o mesmo orçamento previa a arrecadação de receitas que consideramos ilegais, designadamente taxas de ocupação de nichos, ossários, sepulturas e jazigos de concessão perpétua.

Defendemos também que as transferências aguardadas provenientes da DGAL eram uma receita e não saldo, conforme era defendido pela Empresa de Prestação de Serviços, GESNORT.

O tempo deu-nos razão.

É referido no Relatório, que segundo parecer da CCDR, o Executivo procedeu a uma alteração permutativa, mas em nosso entender o mesmo carecia de uma Revisão, uma vez que o montante global do orçamento foi alterado e achamos que o caso, não faz parte das exceções previstas na Lei.

Verifica-se também a contratação de seis funcionários em regime de avença, situação que entendemos não ter cobertura legal, nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei 35/2014, de 20 de Junho.

Entendemos também que, nos termos da Lei 25-A/2025, de 13 de Março, a União de Freguesias foi extinta e repostas as freguesias de Campo e Sobrado, com a instalação dos seus órgãos eleitos.

Logo todas as receitas arrecadadas e despesas realizadas, após esse ato, pertencem às novas gerências.

Por último, vamos anexar a esta intervenção o estudo realizado ao processo da Comissão de Extinção, no que se refere a saldos e compromissos assumidos e não pagos pela União de Freguesias à data da sua extinção.

Campo, 27 de Abril de 2026.

Os Membros eleitos pelo PSD,

Pedro Aguiar Teixeira

João Paulo da Silva

*Luís Miguel
Filipe Pereira*

SITUAÇÃO FINANCEIRA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CAMPO E SOBRADO À DATA DA EXTINÇÃO

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

SALDOS BANCÁRIOS:

Caixa Geral de Depósitos..... 18.130,73 €
Banco Santander..... 6.887,29 €
TOTAL..... 25.018,02 €

O total dos saldos bancários inclui as **verbas consignadas** de:

Descontos dos vencimentos pagos..... 11.639,33 €
Depósito de caução/Empreiteiro 1.028,08 €
TOTAL 12.667,41 €

A verba, de operações de tesouraria, refere-se a uma obra realizada em Campo e os descontos dos vencimentos seriam para entrega imediata às respectivas instituições.

Diferença entre o **total dos saldos bancários** e o **total de compromissos assumidos e não pagos**:

Saldos Bancários 25.018,02 €
Compromissos assumidos e não pagos..... 73.891,23 €
Situação Financeira da União de Freguesias - 48.873,21 €

Encargos não pagos transferidos para Campo... **43.112,95** € (inclui o valor da verba consignada)

Encargos não pagos transferidos para Sobrado... **30.778,28** €

Saldo Bancário..... 25.018,02 €

Verba consignada..... 12.667,41 €

Saldo bancário final..... 12.350,61 € (50% para cada freguesia 6.175,305 €)

Verbas a transferir para a Freguesia de Campo:

Verba consignada 12.667,41 € (A ser paga por Campo)

50% do saldo bancário final..... 6.175,305 €

TOTAL..... **18.842,715 €**Verba a transferir para a Freguesia de Sobrado **6.175,305 €****SITUAÇÃO FINANCEIRA DAS FREGUESIAS À DATA DA TOMADA DE POSSE DOS NOVOS
ÓRGÃOS****CAMPO** 6.175,305 - 30.445,54 = - **24.270,235 €****SOBRADO** 6.175,305 - 30.778,28 = - **24.602,975 €**

Campo, 27 de Abril de 2026.

Os Membros eleitos pelo PSD,

Pedro Gomes Teixeira
Para (Assinatura) PSD
Municipal
Filipe [Assinatura]



O regulamento de atribuição de apoios às associações é um instrumento essencial para a vida da nossa freguesia. É através dele que apoiamos o movimento associativo, que todos reconhecemos como fundamental para a cultura, o desporto e a coesão social.

Importa dizer com clareza: o regulamento agora apresentado tem méritos. Está mais organizado, mais estruturado e introduz mecanismos positivos, como a publicitação dos apoios e a formalização através de contratos-programa.

No entanto, há um problema central que não foi resolvido, e que, na prática, até pode ter sido agravado: a excessiva subjetividade na atribuição dos apoios.

Os critérios definidos continuam demasiado vagos, conceitos como “interesse”, “qualidade” ou “inovação”, sem qualquer escala ou ponderação, deixam margem para decisões pouco transparentes e difíceis de comparar entre associações.

E isso é um risco para todos:

- Para a Junta, que fica mais exposta a críticas;
- Para as associações, que não sabem com o que contam;
- E para a confiança pública, que deve ser sempre protegida.

Aquilo que propomos é simples e responsável:

Introduzir uma grelha de avaliação objetiva, com pontuação clara, critérios definidos e ligação direta ao valor do apoio a atribuir.

Não estamos a mudar o espírito do regulamento, estamos a melhorá-lo. Estamos a torná-lo mais justo, mais transparente e mais defensável.

Porque apoiar o associativismo não é apenas distribuir recursos, é fazê-lo com regras claras, iguais para todos e compreensíveis por todos.

É esse o contributo que deixamos.

Campo, 27 abril de 2026

Pelo Partido Social Democrata